



Educação, participação e desenvolvimento rural: o caso da Guiné-Bissau*

Alexandre Furtado**

p. 27-37

1. Introdução

A Fundação Educação e Desenvolvimento, criada em Fevereiro de 2002 na sequência de uma profunda reflexão sobre a situação do país, principalmente nas comunidades rurais, definiu e fixou nos seus estatutos, como sua finalidade, apoiar o desenvolvimento comunitário através da realização e patrocínio de acções de carácter socioeducativo, científico, produtivo e cultural, colocando no centro das suas acções esforços para colaborar com as comunidades e outros parceiros na educação das comunidades rurais.

2. Áreas prioritárias de intervenção

A Fundação tem centrado as suas acções nas seguintes áreas que considera prioritárias:

- a) Reforço das capacidades e competências locais, nos domínios de educação, administração, saúde, agricultura, pecuária e outros que possam contribuir para a melhoria das situações das comunidades beneficiárias;
- b) Segurança alimentar e a produção agrícola;
- c) Educação básica e protecção da pequena infância;
- d) Formação de docentes e educadores da infância;
- e) Incremento do ensino técnico e profissional para a formação dos jovens, em especial das zonas rurais, na perspectiva de auto-emprego;
- f) Educação para o exercício da cidadania, para a cultura da paz, para o reforço da democracia e para o desenvolvimento.

A educação para o desenvolvimento foi sempre entendida como uma acção coordenada e contínua que deve abranger uma educação básica ao alcance de todas as pessoas, independentemente do sexo e da idade e contribuir para satisfazer as suas necessidades básicas, mas que compreenda a agricultura, a saúde, as infra-estruturas, o fortalecimento das capacidades dos membros das comunidades para poderem pro-

* O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

** Fundação Educação e Desenvolvimento - Guiné-Bissau.



Guiné-Bissau. Bissora, Rio Mansabandim.
Nadir Faria.

duzir mais e melhor, o incremento de outras iniciativas que possam gerar mais rendimentos para as pessoas em geral e os membros das comunidades, em especial, poderem fazer face às necessidades de subsistência das suas próprias famílias, em especial dos seus filhos, melhorar as suas condições de vida e gerir melhor os seus rendimentos de forma sustentável.

Concordando com alguns especialistas na matéria, achamos que a educação nas áreas rurais deveria contribuir para

o desenvolvimento e bem-estar rural, incluindo a segurança alimentar, a saúde, o emprego, a protecção do meio ambiente e a gestão dos recursos naturais. Seria uma educação ampla para satisfazer eficaz e equitativamente as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos não escolarizados das áreas rurais na perspectiva de reduzir a pobreza (Gasperini & Maguire, 2002).

O desenvolvimento, tal como assinala Adelman (2001), é um processo complexo e multidimensional (acrescentaríamos permanente) que resulta da combinação de vários factores, como o crescimento sustentável, a transformação das estruturas, o progresso tecnológico, a modernização social, política e institucional, o melhoramento global do nível de vida das comunidades. Como tal, exige um enfoque integrado que, para além de facilitar o acesso à educação e a novas tecnologias, mobilize uma gama larga de factores como o acesso ao transporte, à saúde e ao crédito.

Estamos conscientes da complexidade do processo de desenvolvimento e sabemos que ela exige uma visão integrada e implica interdisciplinaridade e trabalho em parceria.

3. As razões das nossas prioridades

As razões que nos levaram a orientar a nossa intervenção nas áreas prioritárias referidas são várias. Para não sermos exaustivos apontaremos algumas.

Da independência celebrada em 1974 a esta parte, constata-se que, de uma forma geral, os problemas sociais, económicos e culturais herdados se foram agravando ao longo dos tempos, com períodos de alguns avanços pouco consistentes, ofuscados pelas frequentes vicissitudes que o país viveu e continua a viver, sobretudo, no plano político-militar.

No plano educacional, o sistema educativo tem-se afastado cada vez mais das realidades e necessidades do país, quer por razões de natureza interna, quer por razões externas impostas pelos compromissos assumidos ao nível sub-regional, regional e internacional. Ao



Guiné-Bissau. Bissora, Rio Mansabandim.
Nadir Faria.

nível interno, a procura ultrapassa de longe a oferta e esta situação está a gerar novas respostas nem sempre condizentes com a qualidade de ensino-aprendizagem precorrida.

A Educação da Infância e o ensino pré-escolar – embora conhecendo alguns avanços sobretudo no sector privado nestes últimos anos – continuam minimizados quanto ao seu papel na protecção e desenvolvimento da criança, na criação das bases para o sucesso escolar das crianças provenientes das mais diversas situações socioeconómicas e socioculturais.

As nossas tabancas¹ continuam cada vez mais pobres e esvaziadas por um intenso êxodo de jovens para as cidades, sobretudo para a capital, em busca de meios de sobrevivência. Porém, nas cidades a situação do emprego para os jovens constitui ainda um grande desafio para o governo. Em 2009 a taxa do emprego rondava os 10,6 % para o grupo etário de 15-24 anos, sendo de 4,6 % para as mulheres (DENARP II: 2011-2015²). Quanto à pobreza, a situação degradou-se entre 2002 e 2010. Segundo os resultados do ILAP³ (2010) 69,3 % dos guineenses são pobres, dos quais 33 % extremamente pobres. Na zona rural concentram-se 84,5 % de pobres. Entre as regiões mais afectadas estão as de Oio e Biombo, onde a Fundação actua.

A insegurança alimentar é visível na maioria das nossas tabancas. Muitas famílias não têm garantida a alimentação em quantidade e qualidade suficientes para satisfazerem as suas necessidades básicas durante todo. As crianças são as vítimas mais vulneráveis neste aspecto.

Embora exista um consenso nacional sobre a importância do sector agrícola e se reconheça o seu papel decisivo no crescimento da economia do país, as políticas adoptadas pouco têm contribuído para o seu incremento. Efectivamente, o país dispõe de um forte potencial agrícola (1.100.000 ha de terra arável, 35 % da superfície total do país). Porém, o total da superfície hoje cultivada é estimado em cerca de 200 000



Guiné-Bissau. Bolanhas Gabu. Nadir Faria.

ha, ou seja, 18 % do potencial agrícola (DENARP II). Contudo, a agricultura continua a ser a actividade económica dominante, contribuindo com mais de 50 % do PIB e mais de 80 % das exportações e emprega 80 % da população activa. É dominada por explorações familiares.

A horticultura é diversificada e contribui para a melhoria da qualidade nutricional das populações. Ela tem um papel relevante no rendimento das famílias nas zonas de grande produção e nas zonas específicas urbanas e peri-urbanas. O clima da Guiné-Bissau permite praticar a horticultura durante todo o ano e o país dispõe de recursos humanos competentes neste domínio, sendo a horticultura praticada fundamentalmente pelas mulheres.

1 Aldeias.

2 Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

3 Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza II.

A pecuária representa 17 % do PIB nacional e 32 % do PIB do sector agrícola. O país dispõe de 410 000 cabeças de gado bovino, 240 000 ovinos, 225.000 caprinos, 67 000 suínos, e cerca de 500.000 aves distribuídos uniformemente pelas diferentes zonas. Porém, o consumo anual de carne por habitante é baixo (6 kg) e uma grande parte das necessidades urbanas em carne e derivados do leite é assegurada pelas importações (Carta da Política do Sector Pecuário da Guiné-Bissau: 2010).

Por outro lado, apesar de ser também ponto assente que a mulher guineense desempenha um papel importante no processo de crescimento económico do país, através do desenvolvimento do produção agrícola, pecuária e pesca; do sector informal e do trabalho doméstico, que ela representa cerca de 52 % da população total do país, 54 % da sua população activa e 67 % de toda a mão-de-obra, a contribuição da mulher é invisível por não ser contabilizada no PIB. A mulher guineense continua a ser a franja vulnerável que enfrenta os maiores desafios: permanecem ainda elevadas as taxas de mortalidade materna: 800/100 000 gravidezes (2006-2010), os índices de analfabetismo, principalmente nas zonas rurais, atingem níveis próximos dos 80 % em certas localidades; são baixas as taxas de escolarização das raparigas, sendo a média nacional, em 1999/2000, de 40.27 %; a mulher guineense trabalha mais de 18 horas diárias, inicia as suas actividades em idades cada vez mais tenras, facto que não lhe deixa espaço para outras actividades e são cada vez mais numerosas as famílias chefiadas por mães solteiras. Apesar dos progressos já registados, as mulheres de certas zonas rurais são ainda vítimas de práticas tradicionais nefastas que atentam contra a sua própria vida, sendo uma das mais terríveis a mutilação genital.

Temos a consciência clara de que a educação e a formação não podem isoladamente resolver todos estes problemas. Mas acreditamos que são poderosas alavancas que, complementadas com outros apoios e condições, podem contribuir para acelerar as mudanças económicas, sociais, culturais e políticas que são necessárias para o desenvolvimento do sector rural e do país.

4. Principais acções desenvolvidas e resultados conseguidos

Entre 2003 e 2008, a FED dedicou-se mais ao apoio ao ensino básico e à educação da infância, no sector de Safim e em Bissau. No campo das infra-estruturas reabilitou, construiu e equipou um total de 23 salas de aula, uma residência para professores, dois espaços multifuncionais para apoio às actividades culturais e desportivas das escolas de Djaal e Intingle e para as actividades de iniciativas das respectivas comunidades. Uma realização importante nesse período foi a execução do Projecto “Melhorar a Educação da Infância na Guiné-Bissau (MEI-GB), entre 2003 e 2007 no âmbito de um Protocolo de Cooperação celebrado com a Universidade de Aveiro (UA). As acções desenvolvidas incluíram formações, actividades práticas, elaboração de orientações para a educação da infância. O projecto que envolveu três grupos de supervisão, 14 jardins-de-infância e um total de 36 educadoras, teve bons resultados em termos de mudança de atitudes e comportamento das educadoras face à organização dos Jardins e à educação das crianças.

Outros resultados visíveis do mesmo projecto foram a criação de um Centro de Recursos Educativos para a educação Pré-escolar e Básica num dos maiores Jardins de Bis-

sau. O Centro é apetrechado com importantes suportes bibliográficos e lúdicos adquiridos ao cabo de uma campanha de solidariedade promovida por instituições congêneres de Aveiro e Coimbra, sob a coordenação da Prof. Doutora Gabriela Portugal, do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro e um Mestrado em “Activação do Desenvolvimento Psicológico” no âmbito do Projecto MEI-GB.

Desde 2008 a Fundação vem desenvolvendo acções de apoio aos produtores, em especial mulheres, hortifruticultores e aos criadores de gado em 12 comunidades dos sectores de Safim e Nhacra, através da organização dos mesmos em torno de associações, de formação teórico/prática aos membros das associações em matéria de técnicas modernas de produção agropecuária, de apoio material e técnico às associações e de seguimento sistemático das mesmas nos seus campos de trabalho. Foram organizadas 24 associações de horticultores com um total de 1690 membros, na sua maioria esmagadora mulheres que representavam 95 % dos efectivos.

Para tornar as acções mais estruturadas e aumentar a sua eficácia, a FED dotou-se de um espaço em Nhacra que denominou “Centro de Formação e Produção de Nhacra Teda”, instalado num limitado espaço de 5,5ha. Foi a partir desse centro que a FED executou, em parceria com o IEPALA (Instituto de Estudos Políticos para América Latina e África) e com financiamentos da AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento) dois importantes projectos nos domínios de agricultura e pecuária, visando, no fundo, contribuir para a segurança alimentar em doze comunidades dos sectores de Safim e Nhacra.

O primeiro projecto, intitulado “**Desenvolvimento do tecido produtivo em Safim através da formação e organização da população e diversificação da produção local**”, foi executado entre 2008-2010. O Projecto tinha como objectivo geral contribuir para melhorar o índice de desenvolvimento humano das comunidades rurais e peri-urbanas do Sector Autónomo de Bissau e das Regiões de Biombo e Oio. Como objectivos específicos, a criação de oportunidades de formação técnico-profissional de qualidade nas áreas agropecuárias e a promoção de conhecimentos práticos aplicáveis na área da produção agropecuária e dirigida aos jovens das comunidades beneficiárias; fortalecer as capacidades locais para se conseguir uma efectiva transferência de conhecimentos horizontal e participativa entre as diferentes instituições de formação e unidades de produção agropecuária do país.



Guiné-Bissau. Carregar arroz. Nadir Faria.



Guiné-Bissau. Centro de Recursos Educativos, Bissau. Nadir Faria.

As linhas de acção eram três: **i)** Mobilizar e organizar as comunidades em torno de diversificação e valorização da produção local; **ii)** Melhorar a formação dos jovens no domínio agropecuário de maior incidência na região; **iii)** Aumentar a capacidade produtiva das comunidades beneficiárias.

O segundo projecto, “**Reforço do Sector Agro-pecuário de Safim e Nhacra em matéria de organização e capacitação das suas comunidades e de acesso ao recurso hídrico**”, foi executado entre

2010-2012. O projecto visava contribuir para a melhoria das condições socioeconómicas dos sectores de Safim e Nhacra, através de fortalecimento das capacidades em diversos aspectos relacionados com o desenvolvimento da actividade agropecuária em doze comunidades, sendo dez de Safim e duas de Nhacra.

As linhas de acção eram cinco: **i)** Consolidar a organização das comunidades em torno de diversificação e valorização das culturas locais; **ii)** Melhorar a capacidade produtiva dos membros das associações no domínio da horticultura e fruticultura; **iii)** Mobilizar e organizar os criadores de gado das comunidades em torno da melhoria da produção animal; **iv)** Melhorar o acesso à gestão de água para fins agropecuários nas comunidades beneficiárias; **v)** Realizar um programa de alfabetização com enfoque nos direitos das mulheres pertencentes às associações hortícolas e de criação de animais.

5. Estratégias utilizadas

As estratégias utilizadas foram fundamentalmente as seguintes:

- a) Visita às comunidades seleccionadas e encontros com os produtores nas comunidades para conhecimento das suas práticas e identificação das suas reais necessidades, visando a melhoria e a diversificação das suas produções;
- b) Organização dos interessados em associações;
- c) Informação e formações práticas nas comunidades e nos terrenos dos associados, sobre vários assuntos relacionados com as suas actividades, abertas a todos os interessados, independentemente das suas idades;
- d) Demonstrações nos terrenos dos beneficiários e nos terrenos do Centro de Formação e Produção de Nhacra sobre técnicas modernas de produção hortícola;
- e) Fornecimento de meios de trabalho (materiais, sementes, plantas e fertilizantes, incluindo alguns poços tradicionais) às associações beneficiárias;
- f) Formação de animadores locais;
- g) Visitas de seguimento e apoios sistemáticos nos terrenos.

6. Resultados conseguidos

Com a execução dos dois projectos foram conseguidos alguns resultados encorajadores:

- Foram organizadas de 24 associações de horticultores que congregaram um total de 1.690 membros, sendo a maioria esmagadora mulheres (95 %);
- Foram realizadas 34 acções de formação sobre vários temas, designadamente, sobre Animação Sociocultural nas Comunidades, Técnicas de Horticultura, Gestão e Contabilidade, Técnicas de comercialização, Comunicação e Liderança, Fruticultura, Raízes e Tubérculos, Associativismo e Cooperativismo, Direitos das mulheres, Gestão de Água, Preparação e conservação de Sementes Hortícolas e Frutícolas, Luta contra Pragas na Horticultura com Utilização de Produtos Biológicos, Manejo e Alimentação de Suínos, Manejo de Instalações para Exploração de Gado Suíno, Sanidade Animal, Agricultura biológica;
- As formações beneficiaram um total de mais de 1300 pessoas incluindo 860 membros provenientes das 24 associações constituídas;
- As variedades hortícolas produzidas pelas mulheres passaram de 4 para 12, com a introdução de 8 novas variedades (repolho, couve, cenoura, cebola, pimenta, beringela, tomate, alface) e os seus rendimentos aumentados;
- Graças a estes dois projectos, mais de 65 % dos beneficiários das acções de formação dominam as técnicas modernas de horticultura e introduzem novas culturas nos seus campos, abandonando certas práticas hortícolas tradicionais que eram autênticas barreiras ao progresso;
- Os conhecimentos sobre a produção animal adquiridos com as formações realizadas estão a fomentar uma maior abertura dos criadores de gado a novas práticas;
- O Centro está a tornar-se uma referência em matéria de formação e passou a ser visitado por um número cada vez maior de horticultores e criadores de animais que solicitam informações e apoios aos seus técnicos.

7. Lições aprendidas

Os intercâmbios, as visitas e as trocas de pontos de vista entre os produtores beneficiários das acções de formação facilitam a identificação dos problemas que a formação e a prática devem resolver e reforçam as aprendizagens.

Os momentos passados na formação desenvolvem e consolidam laços de amizade entre os membros das associações, fomentam visitas e intercâmbios de experiências e contribuem para o reforço de confiança entre os próprios produtores no interior das associações, criando um melhor ambiente de trabalho e colaboração e, também, contribuem para fortalecer a auto-estima dos envolvidos.



Guiné-Bissau. Formação, Nhacra. Nadir Faria.

A formação num contexto de pobreza, de insegurança alimentar e instabilidade familiar exige flexibilidade, pragmatismo e períodos de formação de curta duração.

O envolvimento dos familiares dos beneficiários e de outros elementos das suas comunidades nas actividades de formação e outras, permitem criar um ambiente mais favorável de aprendizagem nas comunidades.

O regime jurídico do uso privativo da terra que hoje é aplicado no país, não garante terras aos que pretendem utilizá-las para actividades de produção. Os problemas põem-se ao nível de contradições que surgem entre a forma como a terra é hoje utilizada pelos ocupantes tradicionais (que parecem ter ganho mais poderes) e a fragilidade das instituições locais que representam o Estado em matéria de transferência do uso privado de terra para entidades particulares para fins agrícolas, agro-pecuários e outros em zonas rurais. Estas contradições têm criado um clima pouco favorável às iniciativas de desenvolvimento das actividades agrícolas nas comunidades.

O sistema de cooperação através de projectos de curta duração (1, 2 anos) não cria espaço suficiente para a consolidação de certos empreendimentos, principalmente nos domínios da educação e da formação.

8. Que mudanças em matéria de educação básica para a zona rural?

Os diferentes tipos de actores que hoje existem nas zonas rurais do país precisam de uma educação e formação contextualizadas, diferentes de outrora e das zonas urbanas. A educação para o desenvolvimento rural requer que a educação e a formação sirvam, antes de mais, para satisfazer as necessidades desses grupos de beneficiários e para garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, dos jovens e adultos não escolarizados, bem como da população pobre da zona rural. A formulação da oferta educativa básica para as áreas rurais, em parceria com as instituições educativas e comunitárias, terá que partir de uma análise destes diferentes tipos de actores, das mudanças sociais, económicas e políticas que se estão a produzir hoje nas comunidades e que devem estar a gerar novas necessidades básicas de aprendizagem tanto ao nível das crianças como dos adultos e jovens, que devem ser mais amplas, mas isso sem perder de vista as necessidades que persistem no tempo

relacionadas com a necessidade de saber ler, escrever e ter conhecimentos básicos de matemática.

A educação básica que hoje existe na Guiné-Bissau e em especial nas zonas rurais deve ser contextualizada, diversificada, descentralizada como, aliás, estabelece a LBSE⁴, Lei n.º 4/2011, de 29 de Março. Está em curso um processo de reforma do sistema educativo que visa entre outros objectivos, uma escolarização primária universal até 2020.



Guiné-Bissau. Gabu. Nadir Faria

⁴ Lei de bases do sistema educativo.

Em matéria de educação básica ao nível rural, não dispomos ainda de um modelo a propor. As nossas intervenções no mundo rural perseguem este objectivo, mas será preciso ainda algum tempo para o conseguirmos. Porém, sentimos que há uma necessidade urgente de se conhecer melhor as áreas rurais do país, as suas especificidades, necessidades, potencialidades e limitações, tendo em conta os custos de oportunidade da educação que constituem um sério obstáculo para as famílias geralmente pobres, que contam com o trabalho e os rendimentos dos seus filhos, para se poder pensar num novo modelo de educação básica que deve ser construído com a contribuição de todos (alunos, pais, encarregados de educação, docentes e outros). E que deve ser repensada a formação e o enquadramento dos professores, sobretudo, para a áreas rurais e definidas estratégias de motivação e incentivos para manter os alunos e interessados em geral no sistema até ao final da sua escolaridade básica. Em termos de currículo ele deverá ser adaptado às necessidades de aprendizagem local, designadamente, em matéria de desenvolvimento rural e de educação alimentar, visando o alcance da segurança alimentar das comunidades.

Aliás, segundo o nosso ponto de vista, esta necessidade de um novo modelo de escolas e de novas políticas para a educação rural já é reivindicada pelas “Escolas Comunitárias”, que registam nas Regiões de Bafatá e Oio, um crescimento exponencial e cujo número de estabelecimentos e de alunos superam as escolas públicas em muitos sectores e onde as actividades agrícolas já constituem uma preocupação das organizações locais que as apoiam.

9. Perspectivas

Mesmo que possa parecer uma escolha difícil, uma via muito longa, a FED prosseguirá as suas acções de educação e formação nas comunidades rurais numa perspectiva multisectorial e integrada porque considera que será a via mais segura para contribuir para a eliminação da pobreza que está fortemente ligada ao analfabetismo e a outros males e para a construção de um país onde a paz e a prosperidade possam prevalecer sobre a pobreza.

A educação, a formação e a investigação são para nós instrumentos poderosos e eficazes na luta contra a pobreza e na promoção do desenvolvimento rural. Sem uma população educada não se pode promover desenvolvimento. Nesta perspectiva, os nossos esforços prosseguirão na procura de parceiros competentes e experientes e no desenvolvimento de novas alianças com especialistas que trabalhem na educação, no desenvolvimento rural e na agricultura para que possamos desenvolver acções sustentáveis junto às comunidades, visando também a exploração e valorização máxima de recursos que muitas vezes têm ao seu alcance.

Continuaremos a desenvolver esforços no sentido de apoiar o desenvolvimento rural visando a redução da pobreza, a valorização do potencial do conhecimento endó-



Guiné-Bissau. Horticultura, Nhacra. Nadir Faria.



Guiné-Bissau. Horticultura, Nhacra. Nadir Faria.

geno, o desenvolvimento de estratégias participativas, o reforço da participação comunitária e o desenvolvimento de outros conhecimentos e competências que possam melhorar as actividades produtivas das comunidades.

É importante que as comunidades rurais possam ter oportunidades e meios para fortalecerem as suas capacidades humanas e institucionais para acederem ao desenvolvimento e implementarem estratégias que a longo prazo promovam as mudanças desejadas.

Sem pretendermos ancorar as nossas intervenções para o desenvolvimento rural numa educação meramente agrícola, as nossas acções nos próximos quatro anos visarão dois domínios prioritários: Agricultura e Pecuária e integrarão várias componentes de acordo com as reais necessidades de cada comunidade e ainda temas transversais visando uma Educação para o exercício da cidadania, para a cultura da paz, para o reforço da democracia e para o desenvolvimento e os Direitos Humanos e os Direitos da Mulher.

Estamos empenhados num processo de criação de uma Escola Agropecuária em Nhacra Teda no decorrer deste ano, onde serão desenvolvidos cursos muito curtos, baseados na interacção entre a teoria e a prática e entre a prática e a teoria (prática-teoria-prática e teoria-prática-teoria) que poderão ser frequentados por todos os interessados, sobretudo pelos que já passaram pelas formações que a FED já realizou nestes dois últimos anos. Os conteúdos serão definidos em função das necessidades dos que trabalham efectivamente nas diferentes actividades geradoras de rendimentos. Os horários serão flexíveis para poderem ser compatíveis com as suas actividades. A nossa meta é chegarmos a formações técnicas e profissionais até o final de 2014.

Ao nível do Centro de Formação e Produção de Nhacra Teda será desenvolvido um programa de investigação-acção visando a busca de melhores soluções para os problemas de produção agropecuária e o desenvolvimento de novas tecnologias e materiais utilizáveis pelos produtores.

À comunidade internacional e aos parceiros de desenvolvimento serão solicitados apoios em cinco grandes domínios que correspondem às prioridades de quase todas as comunidades rurais dos países pobres:

- a) **Factores produtivos agrícolas** (sementes melhoradas, armazéns para conservação de sementes e produtos);
- b) **Investimento em saúde básica** (pelo menos um posto médico nas comunidades com um médico e uma enfermeira para responder às necessidades dos seus membros, especialmente, crianças e mulheres grávidas e que possa também colaborar na educação para a saúde da comunidade);
- c) **Investimentos em educação** (construção de mais escolas; aquisição de meios didácticos; fornecimento de refeições para as crianças que irá contribuir para

- melhorar a saúde dos alunos, a qualidade da educação e a frequência às aulas; expansão da formação profissional na agricultura moderna e noutros domínios);
- d) **Serviços de electricidade, transporte e comunicação** (painéis solares, que permitiriam a existência de luz nas comunidades. As crianças e os adultos poderiam estudar e seria possível transformar e conservar melhor alimentos. Uma carrinha da comunidade permitiria o transporte de factores produtivos agrícolas, produtos para venda nos mercados mais próximos e, em casos de emergência, assegurar a evacuação de doentes graves para os centros hospitalares com maior capacidade de atendimento);
- e) **Água potável e saneamento** (pontos de água potáveis suficientes para consumo e trabalhos agrícolas, o que pouparia às mulheres e crianças incontáveis horas de esforço gastos diariamente em busca de água, por vezes de qualidade duvidosa; latrinas).

Referências bibliográficas

- Adelman, H. S., (2001), *Mental Health in Schools: Guidelines, Models, resources and Policy Considerations*. Los Angeles, CA: Policy Leadership Cadre for Mental Health in Schools.
- Atchoarena, D., Gasperini, L. (2004), *Educación para el desarrollo rural: hacia nuevas respuestas de política*. UNESCO-IIPE.
- Gasperini, L., Maguire, C. (2002), *Targeting the Rural Poor: the Role of Education and Training*. [em linha] FAO SD Dimensions. Disponível na Internet: http://www.fao.org/sd/2002/kno301a_en.htm.
- INE-GB (2011), *Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza II*. [em linha] Bissau. Disponível na Internet: <http://www.statguinebissau.com/publicacao/ilap2.pdf>.
- Jeffrey, S. (2006), *O Fim da Pobreza: como consegui-lo na nossa geração*. Casa das Letras.
- Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional (2011), *DENARP II (Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – 2011-2015)*. Bissau.
- Shaeffer, S. (1997), *Participation for educational change: a synthesis of experience*. UNESCO-IIPE.